

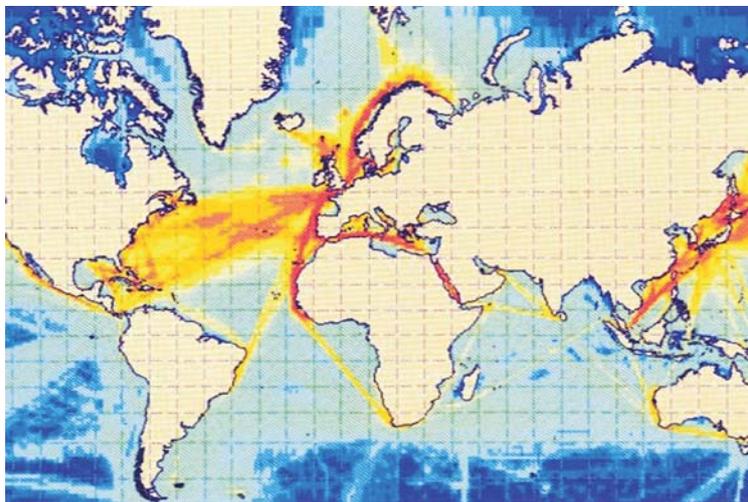
Portugal, uma nação marítima



Aglobalização e o mar

A globalização é o fenómeno de maior influência na Humanidade neste princípio de século XXI. Dela decorre a permanente multiplicação das relações internacionais, que originam um sistema político, económico, social e militar interdependente, caracterizado pela troca crescente de bens e informações. É característica determinante deste sistema, o facto da economia mundial assentar no livre tráfego, particularmente no efectuado por via marítima, que é responsável por cerca de 90% do comércio mundial. Por isso, a valia da posição estratégica ocupada por Portugal, traduz-se, entre outros aspectos, no facto de cerca de 53% do comércio externo da UE passar em águas jurisdicionais portuguesas. Além disso, cerca de 60% de todo o comércio externo português ocorre por via marítima e cerca de 70% das importações nacionais usa a mesma via, incluindo a totalidade do petróleo e quase 2/3 do gás natural que consumimos.

Nestas circunstâncias, a estabilidade global e portuguesa dependem largamente da segurança marítima. Porém, as ameaças directas ao uso do mar e as que do mar tiram partido, têm-se multiplicado e apresentam-se de diferentes formas, entre as quais, o terrorismo, a pirataria, a proliferação de armamento, o narcotráfico, o tráfico de seres humanos, a imigração ilegal, a depredação de recursos vivos e não vivos e a poluição do mar.



O mar português encontra-se no centro de algumas das principais rotas marítimas e é diariamente atravessado por elevado número de navios (Fonte: Atlas mundial des densités de trafic de commerce)

Todas estas ameaças obrigam a uma atenção redobrada e a uma actuação constante e proactiva de Portugal, no sentido de defender os interesses nacionais e de contribuir para a estabilidade global.

Na ausência de uma autoridade supranacional que garanta a segurança marítima, esta resulta dos esforços de cada país, por si só ou no âmbito das acções promovidas por organizações internacionais.

Importância do mar para Portugal

11% do Produto Interno Bruto (PIB)¹
12% do emprego¹
17% dos impostos indirectos¹
90% das receitas de turismo²

Fontes:
1 - Universidade Católica Portuguesa, 2004
2 - Instituto Nacional de Estatística, 2004

A História portuguesa pode resumir-se a uma série de esforços para o aproveitamento das possibilidades atlânticas do território.

Jaime Cortesão

A dimensão marítima de Portugal

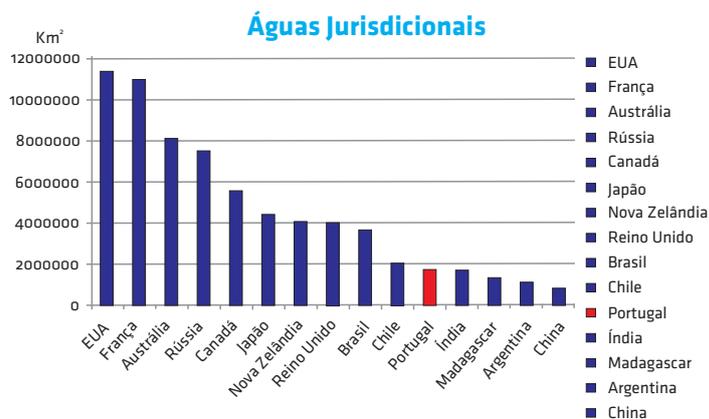
A necessidade de actuação no mar, para garantir o seu uso adequado, é particularmente relevante num país cujos espaços marítimos têm uma extensão extraordinária. Com efeito, Portugal possui uma área terrestre de cerca de 91.763 km², o que corresponde ao 110º lugar na ordenação dos países em termos de dimensão. No entanto, possui soberania ou jurisdição sobre uma extensíssima área marítima, da ordem de 1.720.560 km², incluindo águas interiores, mar territorial e Zona Económica Exclusiva (ZEE). Esta área marítima corresponde a cerca de 18,7 vezes a área terrestre nacional.

	Território	Águas Interiores	Mar Territorial	ZEE	Áreas SAR
Continente	88.600	6.510	16.476	287.715	572.438
Madeira	833	825	10.823	442.316	
Açores	2.331	6.083	23.660	926.149	5.220.302
Total	91.763	13.419	50.960	1.656.181	5.792.740

Áreas do território e dos espaços marítimos de Portugal (km²)

Portugal possui a 11ª maior área mundial de águas jurisdicionais, incluindo mar territorial e ZEE, à frente de países como a Índia e a China. No âmbito da UE, é o país com maior vastidão de águas jurisdicionais, se exceptuarmos as zonas marítimas dos territórios ultramarinos da França e do Reino Unido.

Além disso, o Estado Português comprometeu-se, por acordos internacionais, a assegurar a busca e o salvamento marítimo, *Search And Rescue* (SAR) na expressão inglesa, numa área de responsabilidade de quase 6 milhões de km², correspondendo a cerca de 63 vezes a superfície do território nacional.



Países com maior área de águas jurisdicionais.

Acresce ainda que está em curso o processo de estabelecimento dos limites exteriores da plataforma continental portuguesa, com a participação activa da Marinha, o qual constitui uma oportunidade para o país aumentar ainda mais a extensão dos fundos marítimos sob soberania nacional.

Portugal, uma nação marítima



Portugal é, assim, um país com uma superfície terrestre modesta, mas com um mar imenso sob sua jurisdição. Esse mar deve ser protegido, vigiado, explorado e defendido, de forma a salvaguardar os interesses nacionais. Porém, isso implica, não só a defesa dos direitos soberanos, mas, também, a assumpção das responsabilidades nacionais para a manutenção da estabilidade em que assenta a vida globalizada dos nossos dias. Para isso, o país deve possuir uma Marinha moderna, capaz de desempenhar, com eficiência e eficácia, três funções fundamentais no uso singular que faz do mar:

- Defesa militar e apoio à política externa;
- Segurança e autoridade do Estado;
- Desenvolvimento económico, científico e cultural.



Fragata da classe "Vasco da Gama"

A Marinha de duplo uso

Em alguns países estas funções são desempenhadas por diversas organizações distintas: Armadas, estruturadas para a defesa militar e o apoio à política externa; Guardas Costeiras, vocacionadas para a segurança e autoridade do Estado; e ainda outros organismos empenhados em tarefas específicas, como a busca e salvamento marítimo, a investigação científica do mar ou a cultura marítima.

Noutros países, entre os quais Portugal, a Marinha assegura as funções típicas de uma Armada e as de uma Guarda Costeira, o que permite racionalizar o emprego dos recursos nacionais. Assim, a Marinha Portuguesa, cujo comandante é, simultaneamente, a Autoridade Marítima Nacional, assegura a actuação militar na função de defesa e apoio à política externa, e a actuação não militar nas funções de segurança e autoridade do Estado, e de apoio ao desenvolvimento económico, científico e cultural, dando corpo ao paradigma da Marinha de duplo uso.



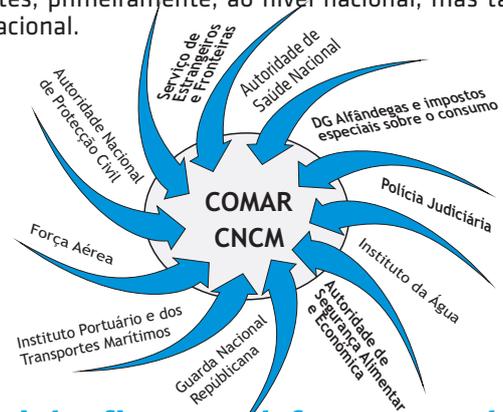
Uma Marinha com estas características permite a economia do esforço e o desenvolvimento de sinergias resultantes da partilha de conhecimentos e recursos, numa lógica funcional de integração e de complementaridade de capacidades. Desta forma, assegura uma mais eficiente aplicação dos recursos públicos na consecução de finalidades que, de outro modo, exigiriam estruturas diversificadas e potencialmente redundantes, não proporcionando melhores resultados globais.

A qualidade do desempenho operacional da Marinha tem sido atestada em rigorosos processos de treino e avaliação, e é constantemente comprovada, por exemplo, pela elevada taxa de sucesso no âmbito da busca e salvamento marítimo.

Articulação com outros órgãos do Estado

O ambiente estratégico actual tem obrigado a envolver cada vez mais agências e departamentos governamentais em actuações coordenadas e articuladas nos espaços marítimos sob soberania e jurisdição nacional. Compreensivelmente, nenhum órgão do Estado consegue, por si só, dar resposta aos múltiplos desafios que são colocados no imenso mar português. Neste enquadramento, a Marinha adopta e preconiza uma postura proactiva de grande abertura, assumindo um papel de charneira na articulação de variadas áreas de actividade do Estado no mar, apoiando, através de protocolos operacionais, outros departamentos do Estado, como, por exemplo, a Polícia Judiciária (PJ) no combate ao tráfico de estupefacientes, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) no combate à imigração clandestina, e o Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, IP (IPTM, IP) na inspecção de navios estrangeiros.

Essa articulação inter-agências reforçou-se com a criação do Centro Nacional Coordenador Marítimo (CNCM). Este órgão coordenador da acção no mar utiliza as instalações e as facilidades disponíveis no Centro de Operações Marítimas (COMAR), no Comando Naval, em Oeiras, e tem por objectivo eliminar potenciais duplicações de esforços e garantir a permanente articulação entre os diversos intervenientes, primeiramente, ao nível nacional, mas também ao nível internacional.



Uma Marinha firme na defesa, empenhada na segurança e parceira no desenvolvimento

A geografia de Portugal, os vastos espaços marítimos de soberania e de jurisdição originados pela faixa continental e por treze ilhas atlânticas, e os interesses nacionais permanentes, são factores que ditam o entrosamento da Marinha com a Nação. A actuação integrada e complementar dos meios da Marinha (unidades navais, de fuzileiros e de mergulhadores, e agentes da Polícia Marítima), no desempenho das funções de defesa militar e apoio à política externa, de segurança e autoridade do Estado e de desenvolvimento económico, científico e cultural, garante uma judiciosa utilização dos recursos existentes e cria sinergias de emprego vitais para o país, permitindo que a Marinha se afirme e evolua numa procura contínua de excelência, adoptando uma postura firme na defesa, empenhada na segurança e parceira no desenvolvimento, essencial para que o país continue a usar o mar com o grau de liberdade compatível com os seus interesses.